

**Catarina Sarmento e Castro**

**Ministra da Justiça**

**Intervenção da Ministra da Justiça, Catarina Sarmento e Castro, por ocasião do evento final do Programa de Trainees Reshape, no Estabelecimento Prisional de Caxias.**

Lisboa, 18 de dezembro de 2023

O sistema prisional e de reinserção tem como desafio maior (re)construir a Liberdade de todas e de todos os que a viram, temporariamente, interrompida.

Uma reconstrução que, realizada e gradual e progressivamente ensaiada em territórios de clausura, deve manter fios de ligação à vida que corre na cidade – na *polis* – e na luminosidade do espaço público.

Só assim será possível cumprir, verdadeiramente, a missão de reeducar e reinserir, em absoluto respeito pela dignidade humana, porquanto nesse respeito se joga a distinção entre os modelos de organização dos sistemas prisionais dos Estados democráticos e a barbárie.

É que a exclusão indicia, antes de mais, um fracasso coletivo, e, por aí mesmo, um afastamento, sem retorno, da Esperança que anima todos quantos se entregam ao desafio de ajudar a vencer incapacidades, de apoiar quem tem de reconstruir trajetos e destinos, condição essencial da restituição do exercício pleno da cidadania àqueles e àquelas que, em algum momento, foram privados de liberdade.

Quero aqui dizer-vos que, no Ministério da Justiça, nunca perdemos e tudo fizemos para consolidar essa Esperança – nos limites, naturalmente, da razoabilidade e da responsabilidade que tem de atender às circunstâncias e às capacidades concretas do país.

Foi assim que, em finais do ano passado, conseguimos aprovar um investimento de 24 M€ no parque penitenciário, tendo em vista o encerramento gradual do Estabelecimento Prisional de Lisboa: uma ambição muito antiga, cuja concretização já se iniciou, com os procedimentos necessários à realização das empreitadas para a requalificação de infraestruturas existentes noutros estabelecimentos prisionais, geograficamente próximos de Lisboa – designadamente nos Estabelecimentos Prisionais do Linhó, Sintra, Alcoentre e Tires –, e com obras já em curso, que tive a oportunidade de visitar.

Foi uma conquista histórica, porquanto não só permitirá traduzir a ponderação das regras do tratamento penitenciário individualizado e soluções diferenciadas para presos preventivos e condenados – dando resposta aos alertas de organismos nacionais e internacionais, como o Comité Europeu para a Prevenção da

Tortura e das Penas ou Tratamentos Desumanos ou Degradantes – , mas também transferir a população privada da liberdade para Estabelecimentos Prisionais geograficamente próximos de Lisboa, o que assegurará a proximidade à sua rede familiar – um fator, como é consabido, determinante no seu processo de reinserção social.

Já este ano, vimos aprovado o Plano Plurianual de Investimentos, com um valor de 200M€, a concretizar em 5 anos.

E ninguém negará a dimensão e o alcance deste passo: porque se contempla a aquisição de serviços e de empreitadas para a construção, ampliação, adaptação e/ou requalificação de múltiplas instalações afetas a tribunais espalhados por todas as Comarcas do país; da Polícia Judiciária e do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, mas também, como hoje cabe aqui realçar, porque nele se atende às necessidades da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, abrangendo-se diversos estabelecimentos prisionais e todos centros educativos.

É muito importante compreender que, além das vantagens objetivas de um património cuidado, reabilitado e adaptado às

necessidades do presente e do futuro, o investimento nas infraestruturas tem um impacto direto na vida das pessoas, ao contribuir para a dignificação e a humanização das condições de trabalho de todos quantos, todos os dias, são o rosto da Justiça, e, por isso, também, do atendimento de todos quantos a ela têm de recorrer. Mas não só.

Este dever de dignificação tem também de orientar, por maioria de razão, a intervenção da Justiça junto daqueles que tem ao seu cuidado, e a humanização do sistema prisional é disso mesmo a mais eloquente expressão.

Foi para essa a humanização que contribuiu o Balcão SNS 24 em Estabelecimento Prisional, que veio permitir que todos os cidadãos reclusos e jovens sujeitos a medida tutelar de internamento passassem a ter acesso a teleconsultas agendadas em qualquer unidade de saúde do Serviço Nacional de Saúde.

E humanizar é também cuidar da saúde mental, uma das áreas de especial preocupação de investimento no âmbito dos Centros Educativos.

Por isso, a criação de uma Unidade Terapêutica, necessidade há muito tempo sinalizada na área da justiça juvenil, para dar cumprimento às recomendações do Mecanismo Nacional de Prevenção e de instâncias nacionais e internacionais nesta matéria, era, para nós, prioritária.

Assim, foi com muita satisfação que vimos autorizada a implementação do projeto piloto da Unidade Terapêutica de Saúde Mental, a instalar na Casa Amarela, integrada no CE Bela Vista, que aí funcionará, a título provisório, até à sua instalação definitiva na Unidade Residencial criada para o efeito, no novo CE Navarro de Paiva.

Mas o desígnio de humanização foi também servido pela instalação de telefones fixos nos espaços de alojamento dos Estabelecimentos Prisionais – um pequeno passo que tanto contribui para a manutenção e o reforço dos laços familiares e afetivos dos nossos concidadãos privados da liberdade, elemento fundamental e enquadrador do seu equilíbrio emocional, determinante para o processo de (re)construção da liberdade.

E até pela possibilidade, oferecida pela tecnologia, de realizar videovisitas e videoconferências com os tribunais. Só desde o início deste ano, e até 31 de outubro, registaram-se mais de 29 mil visitas (29.158) e mais de 109 mil (109.783) contactos com os tribunais por videoconferência.

Na vertente da gestão dos nossos recursos humanos, procedemos à contratação de mais guardas prisionais e autorizamos a efetivação de promoções nessa carreira; e abrimos os necessários concursos – muito em breve finalizados – para mais 105 técnicos de reinserção.

No Orçamento de Estado para 2024, reforçámos a dotação da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais em 19,7%, o que representa um reforço de 57,7M€, num valor global de mais de 350M€.

E havia tanto para concretizar...

Mas permitam-me salientar que a tarefa de mudança do sistema prisional não é apenas do Ministério da Justiça e da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. É uma tarefa de todos os

setores do Estado, pois quem está em cumprimento de uma pena de prisão não deixa de ser cidadão, e, portanto, beneficiário, como os demais, de todas as políticas públicas.

Por isso, esta é uma tarefa a que deve ser chamada também a sociedade civil. Com tanto para fazer e com os recursos sempre limitados, não temos como prescindir desse valioso contributo – e a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais tem respondido ao nosso apelo no sentido de fomentar, o mais possível, a cooperação com todos os setores da sociedade e com todas as entidades que possam acrescentar valor à sua intervenção.

A Vontade de aposta na ressocialização e prevenção da reincidência – para a qual apontava, com meridiana clareza, o programa do XXIII Governo Constitucional – cumpre-se, também, na busca de modelos alternativos ao cumprimento da pena privativa da liberdade e de respostas penais diferenciadas; cumpre-se no desenvolvimento de programas e respostas estruturadas, seja para os que cumprem pena em meio prisional seja para os que o fazem inseridos na comunidade; cumpre-se no investimento na formação das pessoas privadas da liberdade, não



só com vista à sua capacitação profissional, que tão determinante sabemos poder ser no regresso à vida em sociedade, mas também na esperança de que através dela se cultive e aprofunde o seu convívio com os valores de que se tece a cidadania.

E cumpre-se pela implementação e desenvolvimento de projetos como o Programa de Trainees Reshape – que hoje nos reúne.

O lema da Reshape, “todo o homem é maior que o seu erro”, não poderia estar em maior consonância com as linhas-força do sistema penal português, de tradição humanista, e assim também com ideário ressocializador que está na base do nosso sistema penitenciário – razão suficiente, acredito, para a naturalidade da aliança que a Reshape estabeleceu com a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

O Programa de Trainees Reshape foi o projeto vencedor do Programa Cidadãos Ativ@s, financiado pelos EEA Grants e gerido pela Fundação Calouste Gulbenkian em consórcio com a Fundação Bissaya Barreto.

A desenvolver-se no Estabelecimento Prisional de Caxias desde 2022, ficamos a dever-lhe a implementação de atividades de capacitação das pessoas privadas da liberdade, quer ao nível de competências sociais quer ao nível de competências técnicas para a produção de cerâmica.

Ficamos a dever-lhe, também, a criação de uma rede de empresas parceiras disponíveis para a contratação inclusiva de pessoas que tiveram contacto com o sistema prisional e que contribuíram para o processo de co-criação de um Manual de Boas Práticas (Toolkit) sobre recrutamento inclusivo desta população.

E chega, agora, à sua fase final.

É, pois, com muita alegria e orgulho que hoje partilho convosco este momento, em que se apresentam os resultados do projeto e as conclusões a que elaboração do Manual de boas práticas permitiu chegar.

Resultado de um labor coletivo, estou absolutamente certa da importância desta intervenção junto da população privada da liberdade, que que hoje talvez esteja mais capaz de encarar a sua

circunstância também como um período transitório de capacitação para o exercício futuro de uma cidadania mais consciente e mais responsável.

Por isso, a todos – concidadãos privados da liberdade participantes, Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, parceiros institucionais e sociais – Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Bissaya Barreto, Reshape – muitos parabéns e o meu muito, muito obrigada.